

O USO DA IRONIA COMO CRÍTICA ÀS RELAÇÕES SOCIAIS EM ‘ORGULHO E PRECONCEITO’

THE USE OF IRONY AS A CRITIQUE OF THE SOCIAL RELATIONS IN ‘ORGULHO E PRECONCEITO’

Thayse Madella

Mestra em Letras

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/irati)
(thaysemadella@gmail.com)

Deiziane Ribeiro Mileski¹

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro/irati)
(deizi.mileski@hotmail.com)

RESUMO: Neste trabalho, analisamos as relações sociais, os papéis impostos às mulheres, a construção social da mulher e a relação desta com o casamento na obra *Orgulho e preconceito* (1813), de Jane Austen. Podemos observar que a autora constrói suas críticas sobre a relação da mulher com as imposições socioculturais por meio da ironia, recurso utilizado ao longo do romance. A teoria usada para discutir o conceito de ironia foi embasada nos debates de autores como Maryllu de Oliveira Caixeta (2014) Richard Rorty (1989) e Alper Erdogan (2010). A ironia, na obra, permite que se questione, critique e zombe de determinados contextos socioculturais em que está inserida, ao mesmo tempo que permanece relacionada com este mesmo contexto. Na análise da obra, percebemos a presença de questões que ainda são discutidas atualmente, como a relação mulher e casamento, que pode ser considerado o tema central da obra de Jane Austen. Esta relação e a construção social da mulher são embasadas teoricamente pelos trabalhos de Simone de Beauvoir (1967) e Kate Millet (1970). Baseada nas discussões sobre ironia e sobre as construções sociais é possível perceber que a ironia, na obra, deixa de ser somente um recurso de linguagem e se torna uma forma de apontar a contingência do vocabulário usado, causando desordem naquilo que era dada como uma verdade definitiva, e, conseqüentemente, criando novos significados.

Palavras-Chave: Casamento. Ironia. Construção Social. Jane Austen.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the social relations, the roles imposed on women, the social construction of woman and the relationship between woman and marriage in the novel *Pride and Prejudice* (1813), by Jane Austen. It is possible to state that the author builds its criticisms through irony, a resource used throughout the novel. The theory used to discuss the concept of irony is based on discussions of authors such as Maryllu Caixeta de Oliveira (2014), Richard Rorty (1989), and Alper Erdogan (2010). The use of irony allows the author to question, criticize and make fun of certain socio-cultural contexts in which it operates, while it remains linked to this same context. The analysis of *Pride and Prejudice* directs to the conclusion that there are issues still currently discussed, like the relationship between woman and marriage, which may be considered the central theme in Jane Austen's work. This relationship and the social construction of women are theoretically based on the works of Simone de Beauvoir (1967) and Kate Millett (1970). Based on discussions about irony and social constructions, it is possible to assert that irony becomes one of the ways in which the novel points to the

¹ Graduanda em Letras Inglês.

contingency of the present vocabulary, causing disorder when, otherwise, truth would be considered definitive, and, by consequence, creating new meanings.

Keywords: Marriage. Irony. Social Construction. Jane Austen.

O presente artigo busca analisar como Jane Austen utiliza o recurso da ironia para questionar as regras sociais do patriarcado da Inglaterra do século XIX, enfatizando o casamento como importante aspecto da época e a construção da mulher na obra “Orgulho e Preconceito”. Os trabalhos de Kate Millet (1970) e Simone de Beauvoir (1967) serão usados para discutir o papel da mulher e sua construção social. Os argumentos sobre ironia serão embasados pelos trabalhos de Maryllu de Oliveira Caixeta (2014), Alper Erdogan (2010) e Richard Rorty (1989). A ironia está presente na obra de Austen e permite que a romancista levante críticas acerca da sociedade na qual se passa o romance. A análise foca nessas críticas, principalmente nos papéis impostos às mulheres, na construção social da mulher e na relação desta com o casamento.

“Orgulho e Preconceito” traz a ironia como uma das ferramentas de questionamento de diversos aspectos das relações sociais da época. Na abertura da obra já se ve presente o tom irônico na discussão sobre o papel do casamento: “É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro na posse de uma bela fortuna deve estar necessitando de uma esposa” (AUSTEN, 2008, p.13). O recurso da ironia é usado ao longo da obra para levantar tais questionamentos às relações de modo sutil e, muitas vezes, de forma indireta. Com este recurso, o leitor tem a possibilidade de refletir acerca do que foi lido, e não aceitar de imediato o que está escrito. Segundo Robert P. Irvine (2005), na obra intitulada *Jane Austen*, a ironia no seu sentido amplo significa dizer algo diferente daquilo que está escrito. A utilização da ironia na obra possibilita que Austen não se comprometa com o que está sendo dito, pois uma das vantagens desse recurso é libertar, desvincular o ironista de sua oratória. Como afirma Maryllu de Oliveira Caixeta no artigo “A Polêmica Apropriação do Conceito de Ironia pelos Românticos”,

A ironia acontecia, então, frequentemente como figura de linguagem na oratória daquele que enuncia o contrário daquilo que pensa. A ironia de frase ou a antífrase tem a vantagem de demonstrar que a aparência do fenômeno pode ser contrária à essência ou que a verdade pode ser revelada na exploração da diferença entre o pensamento e a palavra. Ao oferecer um enigma decifrado como o contrário do enunciado, a oratória irônica anula-se e oferece apenas a

vantagem de um dizer claramente que não diz e assim não se compromete (CAIXETA, 2014, p. 03).

No entanto, Caixeta (2014) busca discutir de forma mais complexa, baseada na tese “O Conceito de Ironia Constantemente Referido à Sócrates de Kierkegaard” (1991), essa definição reducionista de ironia. Para ela, a ironia não busca “persuadir, mas liberar” (CAIXETA, 2014, p. 03). A ironia debate o mítico, o abstrato, o subjetivo em um jogo que coloca em questão as determinações e a realidade, mas, ao mesmo tempo, não desautoriza essa mesma realidade que questiona. De acordo com Caixeta (2014, p. 13), a “ironia romântica é negativa: no aspecto teórico, apresenta a diferença de abstração e empiria; no aspecto prático, enfatiza o desacordo de realidade e possibilidade”. Neste jogo discursivo, se reforça o não dito, aquilo que não é palpável, é representado o que não está presente.

Outra visão acerca de ironia é discutida por Richard Rorty, na obra *Contingency, Irony and Solidarity* (1989). No capítulo intitulado de *Ironism and Theory*, Rorty afirma que:

I shall define an “ironist” as someone who fulfills three conditions: (1) She has radical and continuing doubts about the final vocabulary she currently uses, because she has been impressed by other vocabularies, vocabularies taken as final by people or books she has encountered; (2) she realizes that argument phrased in her present vocabulary can neither underwrite nor dissolve these doubts; (3) insofar as she philosophizes about her situation, she does not think that her vocabulary is closer to reality than others, that it is in touch with a power not herself (RORTY, 1989, p. 73)².

Rorty, ao definir o ironista como alguém que possui dúvida acerca do que diz e assume a contingência de seu vocabulário, percebe que não é possível dizer que a ironia tem como função assumir um caráter contrário do que está dito, mas levantar questionamentos acerca de tal assunto. Desta forma, a ironia se constrói na

² Eu devo definir uma ironista como alguém que cumpre três condições: (1) Ela tem dúvidas radicais e contínuas acerca do vocabulário final que ela usa atualmente, porque ela tem estado em contato com outros vocabulários, vocabulários estes, que tem sido tomado como definitivos por outras pessoas ou livros que ela tem entrado em contato; (2) Ela percebe que o argumento formulado em seu presente vocabulário não pode subscrever nem dissolver essas dúvidas; (3) Na medida em que ela filosofa sobre sua situação, ela não acha que seu vocabulário é mais próximo da realidade do que outros, que está em contato com um poder e não consigo mesma. (todas as traduções deste artigo foram feitas pelas autoras)

arbitrariedade e incapacidade da língua de contemplar e/ou representar em sua completude o que se quer dizer. Se os termos existentes não dão conta da realidade, é necessário usar aqueles que estão ao alcance e, de alguma forma, apontar esta falta no discurso. Ao trabalhar com um vocabulário insuficiente para discutir o não dito, o significado vai além do semântico esperado de cada vocábulo, constrói novas significações, diferentes daquelas preexistentes. Se, para Rorty (1989), o oposto de ironia é o senso comum, uma realidade que pode ser descrita dentro da limitação de seu próprio vocabulário final, a ironia é, por definição, o questionamento do que é considerado “fato” ou “verdade”.

Alper Erdogan (2010) discute o conceito de ironista de Rorty em sua tese com o título de *On the Concept of Irony in Rorty*, reforçando a importância da dúvida e do questionamento sobre o próprio vocabulário e sobre o próprio conceito de “verdade”:

Rorty's ironist is one who admits the contingency of his own vocabulary, has doubts on it and is open to new vocabularies. An immediate corollary of the “ironist's ignorance” is one which also covers our previous concern: Since the ironist may not be in hold of a truth, he might not be meaning the contrary of what he is saying, but merely be casting doubt or a question mark regarding the subject matter (ERDOGAN, 2010, p. 09)³.

De certa forma, o ironista está consciente de que termos estão em constante mudança e, por isso, os significados não são passíveis de confiança, pois podem mudar, o que, conseqüentemente, também altera a “verdade”. Neste caso, a ironia funciona como uma forma de levantar esses questionamentos, evidenciar esta fragilidade do discurso.

Na obra de Austen a ironia aparece, frequentemente, como uma forma de questionar os papéis que são impostos às mulheres na sociedade inglesa daquela época. De acordo com Irvine (2005), as moças precisavam desenvolver habilidades para agradar ao julgamento dos homens ao invés de desenvolver habilidades para se autojulgar. Essas habilidades consistiam, segundo Adriana Sales Zardine (2013), na obra “A Identidade Feminina na obra ‘Orgulho e preconceito’ de Jane Austen”, no

³ O Ironista de Rorty é aquele que admite a contingência de seu próprio vocabulário, tem dúvidas sobre ele e está aberto a novos vocabulários. Um corolário imediato da “ignorância de ironista” é aquele que abrange também a nossa preocupação anterior: Como o ironista não pode estar em posse de uma verdade, ele não pode ser o que significa o contrário do que ele está dizendo, mas apenas lançar dúvidas ou pontos de interrogação em relação ao assunto.

aprendizado de línguas, música, pintura, bordado e principalmente da dança, sendo este último o momento no qual as moças possuíam a oportunidade de conhecer e conversar com rapazes. Kate Millet, ao discutir o papel da educação para as mulheres na sociedade inglesa do século XIX, em sua obra “Política Sexual”(1970), afirma que

Não se pretendia que a educação das mulheres fosse além de um certo grau elementar, bastava dar-se-lhes um verniz superficial. E, na maior parte dos casos, esta educação acentuava, de modo cínico e deliberado, a virtude – palavra que significa obediência, servilismo e inibição sexual, perigosamente próxima da frigidez. (MILLET, 1970, p.27)

As mulheres eram instruídas para satisfazer aos julgamentos masculinos, não era importante que estas desenvolvessem uma vasta capacidade crítica, mas sim que se apresentassem de forma polida diante da sociedade. A subordinação da mulher é ainda tratada por autoras como Simone de Beauvoir (1967), na obra “O Segundo Sexo”: “Educada por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais.” (BEAUVOIR, 1967, p. 07). Desta forma, como já debatido acima, a educação das mulheres não buscava o crescimento e desenvolvimento pessoal das mesmas, mas visava aos interesses do homem, dentro de uma relação patriarcal em que o principal objetivo ainda seria o casamento, instituição que funcionava como uma forma de manter a mulher submissa ao homem, neste caso, ao marido.

A subordinação da mulher no casamento também é comentada por Blackstone (1768) na obra de Kate Millet: “Pelo casamento, o marido e a mulher formam uma pessoa só perante a lei: isto é, a própria existência legal da mulher é suspendida durante o casamento, ou pelo menos é incorporada e consolidada na do marido” (BLACKSTONE, 1768, p. 442 *apud* MILLET, 1970, p. 18). Neste contexto, na relação de poder do casamento, tornar-se uma pessoa só não significa que ambas participarão igualmente das tomadas de decisão, nem que o interesse mútuo será levado em consideração. Ao ser incorporada pela instituição do casamento, a mulher desaparece como sujeito, e seus direitos e interesses devem ser suspensos, mantendo o marido como centro detentor de poder.

O casamento, então, limitava e até mesmo excluía os direitos da mulher e podia ser visto como uma negociação, pois os poucos direitos pertencentes a ela

perdem-se quando esta passa a condição de casada. A mulher passa a ser vista como um ser dependente do marido sem direitos legais e econômicos:

[...] a mulher, com o casamento, morria aos olhos da lei, perdendo todos os seus direitos, como acontece aos criminosos ao entrar para a prisão. Perdia o controle sobre seus rendimentos, não lhe era permitido escolher sobre seu domicílio, não podia administrar bens que lhe pertenciam legalmente, assinar papéis ou servir de testemunha. O marido possuía tanto sua esposa como os seus serviços (MILLET, 1970, p. 1).

O casamento, tema central de “Orgulho e Preconceito”, era visto como a única forma de uma mulher conseguir ascensão econômica e social, em uma sociedade rigorosamente estratificada. No entanto, por meio do casamento a mulher também se tornava praticamente invisível perante a lei e assumia uma condição de dependência em relação ao homem. Esta relação entre auto-anulação e ascensão aparece na obra de Austen e é frequentemente criticada, como veremos na análise.

Em sua obra, Austen questiona a construção da mulher, a qual é constituída de acordo com os padrões e normas da época. Sendo assim, isso nos remete à frase que Simone de Beauvoir inicia sua obra “O Segundo Sexo”: “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (1967, p. 09). A autora afirma que a mulher se constitui de acordo com o meio social, argumentando que,

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

Este trabalho, portanto, pretende analisar como, em “Orgulho e Preconceito”, Austen questiona por meio da ironia a construção social da mulher, que se constitui inserida dentro de um meio social. Sendo assim, a mulher, de acordo com as regras sociais, estaria sempre sujeitada ao homem, aos interesses dele, a mulher só existiria em relação ao homem. Inserida neste contexto, a ironia permite que a obra trabalhe com as construções sociais da época, questionando-as ao mesmo tempo que consciente de seu papel constituinte na sociedade.

“Orgulho e Preconceito” é uma obra que retrata o cotidiano de uma família do interior da Inglaterra no início do século XIX. Família a qual é formada pelo Sr. Bennet, Sra. Bennet e suas cinco filhas. O interesse que ronda no seio da família,

principalmente por parte da senhora Bennet, é casar suas cinco filhas, na tentativa de assegurar uma boa condição econômica e social. O romance tem como protagonista Elizabeth Bennet, a qual possui coragem de exteriorizar suas reflexões. A personagem é constantemente usada para a construção das críticas acerca da sociedade patriarcal da época, do papel da mulher e do casamento. De acordo com a obra, Lizzy, como é chamada no romance, é diferente de suas irmãs, pois esta observa, reflete e critica as relações sociais às quais está exposta.

Dotada de maior rapidez de observação do que a irmã e de menos docilidade de gênio e possuindo, além disso, uma faculdade de julgamento que nenhuma complacência consigo mesmo obscurecia, Elizabeth se sentia pouca disposta aquelas pessoas (AUSTEN, 1982, p. 20).

Ao construir Lizzy, que pode ser considerada a heroína da história, como uma personagem questionadora das normas ao seu redor, a obra reforça o quanto ela se diferencia das outras mulheres retratadas na história. Com este contraponto, é possível afirmar que a narrativa constroi a maioria das mulheres da sociedade retratada como dóceis, submissas, passivas, em busca do marido ideal, seguindo a educação para o casamento que lhes foi ensinado. Como o excerto acima afirma, é por ser observadora e pouco dócil que a protagonista se diferencia “[d]aquelas pessoas”, ou seja, que ela se destaca dentro do grupo social que frequenta.

O excerto inicial de “Orgulho e preconceito” levanta questionamentos acerca das características desta sociedade que fazia parte do patriarcado inglês do século XIX. Ela questiona de forma irônica um dos principais aspectos daquela época – e ainda da atualidade – o casamento: “É uma verdade universalmente conhecida que um homem solteiro na posse de uma bela fortuna deve estar necessitando de uma esposa” (AUSTEN, 2008, p. 13). No início do período Romântico, o romance era muito popular entre as mulheres, como podemos perceber na introdução do livro *The Norton Anthology of English Literature* (2005), “*This genre lacked the classic pedigree claimed by poetry and drama. It attracted [...] an undue proportion of readers who were women.*” (CHRIST *et al.*, 2005 p. 20)⁴. Por isso, pode-se imaginar que o excerto que inicia a obra é um comentário feito para um grupo de mulheres, as quais brincam entre

4 Este gênero não possuía a estirpe que era reivindicada pela poesia e drama. O romance atraiu [...] uma proporção gigantesca de leitores que eram mulheres.”

elas mesmas a respeito de um assunto vigente da época. Para Caixeta (2014), “a ironia desloca as fronteiras do sério e do lúdico. Somos irônicos ao dizermos em tom sério o que não pensamos para brincar ou, mais raramente, ao dizermos em tom de brincadeira o que pensamos a sério” (CAIXETA, 2014, p. 02). Sendo assim, a obra cria um possível “universo feminino”, onde as mulheres podem conversar e ironizar aspectos sociais, até certo ponto, de forma leve e descontraída, mas que apontam para questionamentos sérios sobre a sociedade. Desta forma, ao ler a ironia nesta abertura, cada leitora, como parte dessa comunidade que ironiza e critica a sociedade, poderia se colocar em posição de se diferenciar do restante das pessoas, assim como Lizzy se destaca por seu papel questionador.

Ainda de acordo com Caixeta (2014, p. 02) “[n]esse caso, o irônico se isola em conventículos e mostra-se alheio à comunidade dos não iniciados naquilo que considera uma perspectiva superior”. Esta crítica feita na abertura do romance, portanto, permanece restrita a um grupo específico, que a compreende e a reforça, sem, necessariamente, atingir o círculo hegemônico opressor, que permanece alheio ao ocorrido. Baseando-se na discussão de Caixeta (2014), este grupo hegemônico, então, seria considerado a perspectiva inferior, já que a compreensão se concretiza no grupo superior, ou seja, no grupo de mulheres que brinca sobre um assunto recorrente para elas. Ao compreender, se divertir e rir da ironia, as relações hegemônicas de poder são, neste extremamente curto momento, subvertidas.

Ao se ler a ironia, é preciso perceber que o que está escrito é diferente do que pretende ser entendido. A expressão “verdade universalmente conhecida” (p. 13), citada pela autora no início da obra é um meio pelo qual o leitor pode refletir acerca do que foi dito e, de certa forma, debochar de um dos aspectos sociais predominantes da época. Essa “verdade universalmente conhecida” só pode ser lida de forma irônica quando comparada com o posicionamento da protagonista, Lizzy, pois, se a protagonista concordasse com as normas e aspectos do contexto no qual está inserida, se defendesse, por exemplo, a importância do casamento, a ironia se perderia e o significado denotativo seria mantido. Outro aspecto que deve ser levado em conta é que essa “verdade universalmente conhecida” é uma verdade construída pela sociedade da época a respeito do casamento. Sendo assim, é uma crítica acerca do que socialmente é esperado. O sentido denotativo da frase é o socialmente esperado, são as normas, aspectos da sociedade, já o sentido conotativo da frase é

a crítica levantada acerca desses aspectos sociais. Ao retornarmos para a discussão de ironia feita por Rorty, é possível pensar que esta “verdade universal” seria o senso comum, enquanto a ironia é o meio pelo qual se pode questionar, criticar e ressignificar esse preceito.

O mesmo casamento que era visto como a única forma de ascensão econômica e social para a mulher, na época, era o mesmo que marginalizava o seu papel na sociedade, submetendo esta à desvalorização e submissão ao homem. A obra abre com uma afirmação que parece se tratar de uma mulher zombando, ironizando, criticando o casamento. No entanto, no decorrer do livro, a obra também apresenta a visão de um homem acerca da relação mulher e casamento, como pode ser observada no comentário a seguir feito por Fitzwilliam Darcy, referido, na maior parte da obra, como Sr. Darcy: “A imaginação das mulheres é muito veloz. Salta da admiração para o amor. Do amor para o casamento, num instante” (AUSTEN, 1982, p. 30). Neste excerto, mais uma vez a mulher é submetida ao casamento, como se esse fosse seu único e viável desejo. Sendo submetida ao casamento, a mulher é conseqüentemente submetida ao homem. A frase proferida por Sr. Darcy, analisada no sentido denotativo, mostra um possível estereótipo da mulher, de forma generalizada, como se toda mulher buscasse o casamento, o que, de certa forma, era o esperado pela sociedade. No entanto, a frase analisada em seu sentido conotativo é o que possibilita a construção da crítica acerca da mulher em relação ao casamento. A generalização da frase de abertura, que todo homem rico e solteiro precisa de uma esposa, se conecta aqui com outra generalização, a de que o pensamento das mulheres passam rapidamente da admiração para o amor e para o casamento. A mesma mulher que se conecta ao grupo superior que compreende a ironia e entende a brincadeira da frase de abertura e, ao fazer parte desse grupo, se coloca como o diferente do restante da sociedade, ao ler esta segunda generalização consegue logo se excluir deste grupo de mulheres do qual Sr. Darcy está falando. Desta forma, a narrativa ironiza o pensamento simples do Sr. Darcy, que certamente não conhece os pensamentos das mulheres.

Como a crítica acontece, mais uma vez, por meio da ironia, este recurso possibilita que a obra critique a relação mulher e casamento, mas, de certo modo, não se comprometendo totalmente, pois, como argumenta Caixeta, “ironia não é dissimulação porque, além do desacordo entre fenômeno e palavra, o ironista goza

ao desvincular-se da continuidade nas condições de vida” (CAIXETA, 2014, p. 03). Este recurso de linguagem faz com que Sr. Darcy, o “mocinho” da história, seja zombado, mas de forma que não o humilhe, de forma que permita a ele continuar no papel de “mocinho”, mantendo as relações com a realidade ao mesmo tempo que a critica.

A marginalização da mulher e a subordinação desta ao homem são tratadas em toda a obra. O excerto a seguir apresenta-nos o pensamento de que o casamento era visto como um jogo de azar, no qual quem estaria arriscando tudo ou nada seria a mulher, como pode ser visto no comentário proferido por Charlotte Lucas, amiga de Lizzy: “[...] e creio que se ela se casasse com ele amanhã, teria tanta probabilidade de ser feliz como se passasse um ano a estudar-lhe o caráter. A felicidade no casamento é apenas uma questão de sorte” (AUSTEN, 1982, p. 26). Percebe-se, então, que a mulher não precisava e nem deveria levar em consideração suas afeições e gostos para se interessar e casar com alguém. Por meio da fala da personagem Charlotte Lucas, ironiza-se a ideia do casamento ao comparar esta relação entre duas pessoas com uma “questão de sorte”. O casamento é como um jogo de azar, no qual a mulher depende da sorte para ser feliz e não precisa refletir acerca do mesmo, mas sim arriscar-se.

A desvalorização da mulher e de seus desejos deriva da imagem criada a respeito desta pela sociedade, que é vista como um ser inferior, com capacidades limitadas em relação ao homem. Esse amor oferecido a outro era uma tentativa de se aceitar, de não se colocar no papel de oprimida diante de uma condição tão opressora a qual as mulheres estavam condenadas. A crítica levantada no excerto acima nos remete a idéia de que a mulher deveria arriscar-se em um casamento, porque o amor que ela poderia oferecer a um homem fosse talvez a única forma de ela se realizar enquanto mulher, de se igualar à posição elevada pertencida ao homem. Como afirma Beauvoir (1967), “O amor na mulher é uma tentativa suprema de superar, assumindo-a, a dependência a que se acha condenada; mas, mesmo consentida, essa dependência não se pode viver senão no medo e no servilismo” (BEAUVOIR, 1967, p. 437).

Em contrapartida, a personagem Lizzy nos apresenta uma mulher crítica, que reflete acerca do casamento e da sociedade ao seu redor. O comportamento social de Lizzy não é favorável ao casamento, pois ela não possui o servilismo, obediência

e a virtude, características que Millet (1970) aponta e critica como parte da construção social da mulher do século XIX. As características atribuídas a Lizzy, como um ser crítico e independente, eram pouco apreciadas naquela época para uma mulher. Essa contradição entre o que era socialmente esperado e a forma como Lizzy agia e pensava deveriam, supostamente, dificultar, ou até mesmo impedir, a possibilidade de casamento da personagem. A ironia, aqui, vai para além do texto escrito, aparecendo, inclusive, na relação entre o que seria esperado de uma mulher como a Lizzy, dentro do contexto social em que ela está inserida, e do destino que ela encontrou no romance. Ironicamente, aquela que, de acordo com a sociedade, deveria ter dificuldades em se casar foi, na obra, a que fechou o melhor negócio no casamento.

Como pode ser visto no capítulo sobre Jane Austen na obra *The Norton Anthology of English Literature* (2005), independência e casamento são considerados paradoxais no contexto de “Orgulho e Preconceito”:

Through their heroines, readers can see, as well, how harshly the hard facts of economic life bore down on gentlewoman during this period when a lady's security depend on her making a good marriage. The conundrum at the center of the fiction is whether such a marriage can be compatible with the independence of mind and moral integrity that Austen, like her heroines, cherishes⁵(CHRIST et al., 2005, p. 51).

Apesar de Lizzy ter se casado com Sr. Darcy por vontade própria, o casamento dos dois mostra que, de certa forma, pessoas inseridas em determinados contextos sociais não conseguem se desprender totalmente das amarras que a sociedade constrói e impõe. Como pode ser visto na citação acima, o enigma nas obras de Austen consiste em como o casamento pode ser compatível com a integridade moral e independência de espírito que ela e suas heroínas desejam. O intuito de Austen seria, talvez, não abolir totalmente o casamento da vida de uma mulher, mas sim que este fosse algo no qual a mulher em questão pudesse se ver, se reconhecer como um ser autônomo e não como uma mulher que só existe em relação a um homem. Essa integridade moral e independência de espírito são possíveis na

⁵ “Por meio de suas heroínas, os leitores podem ver, também, como os duros fatos da vida econômica se abateram rigorosamente sobre uma dama quando a segurança de uma senhora depende de fazer um bom casamento. O enigma no centro da ficção é se tal casamento pode ser compatível com a independência de espírito e integridade moral que Austen, como suas heroínas, prezam.”

obra em questão, mas apenas até certo ponto, já que a narrativa ainda precisa de um desfecho em que a protagonista convenientemente passa a amar e se casa com o homem que salva sua família da falência.

Orgulho e Preconceito, apesar de ter sido publicada dois séculos atrás, em 1813, traz questões que ainda precisam ser discutidas. Além disso, nos possibilita uma reflexão acerca do papel da mulher em relação ao casamento, naquela época e atualmente. Percebemos que apesar de criticar o casamento, a mulher em relação a este e as convenções sociais principalmente impostas às mulheres, a obra não se posiciona totalmente fora do contexto em que se encontra, em relação a essas críticas. Uma característica que permite esse jogo crítico é a ironia utilizada na obra.

A análise aqui apresentada nos possibilita também refletir a respeito da dificuldade de desvincular-se do que é socialmente esperado, das normas e condutas sociais. Como afirma Beauvoir (1967), a mulher é concebida como um ser intermediário entre o macho e o castrado, a qual é fruto do conjunto de regras que regem o meio social. A dificuldade de desprender-se das amarras sociais é vista por meio do casamento dos personagens Lizzy e Sr. Darcy, os quais, apesar de se casarem por vontade própria, ainda assim se casam, ainda assim realizam o que é socialmente esperado. O casamento entre os dois personagens também é conveniente para toda a família de Elizabeth, pois esse casamento é o que resolve a questão financeira e social dela e de toda família Bennet.

O casamento, tema central do romance, é tratado como um jogo de azar em que a mulher arriscava sua própria felicidade. A mulher, então, é sujeitada a uma condição que não lhe competia questionar a respeito, um acontecimento em que as consequências estão atreladas a uma questão de sorte, retirando a agência do sujeito em questão. No entanto, ao trazer tal debate circunscrito pela ironia, a obra permite uma leitura que questiona o casamento como uma instituição social da qual a mulher, obrigatoriamente, deve fazer parte de maneira acrítica. De acordo com a sociedade, a mulher devia estar sempre preparada, valer-se de suas habilidades desenvolvidas para agradar um homem e casar-se. Assim, com o casamento ela conseguiria estabilidade financeira para ela e para a família, como é o caso da família Bennet, e alcançaria o tão almejado objetivo construído socialmente, o de ser uma mulher bem casada. A obra, portanto, faz críticas acerca do casamento como uma imposição social e econômica.

Algumas generalizações também são usadas para ironizar e criticar as verdades socialmente construídas, por exemplo, o excerto que abre a obra. Esse fragmento possibilita criticar e ao mesmo tempo ironizar a ideia generalizada de que um homem que desfruta de uma boa condição financeira só pode querer encontrar uma esposa. Em outro momento, a generalização aparece na fala do Sr. Darcy, quando este afirma que o objetivo de toda mulher é o casamento. O sentido denotativo da frase proferida pelo Sr. Darcy respalda o ideal esperado pela sociedade, enquanto fica a cargo da ironia construir o sentido conotativo que critica as expectativas sociais.

Assim como Lizzy questiona e critica a realidade do contexto social tanto da mulher quanto do casamento, mas ainda assim se mantém conectada com essas questões, a ironia é uma forma de questionar, ao mesmo tempo que se mantém relacionada a realidade, de ressignificar, mas dentro de vocabulário já existente. Faz sentido, portanto, o uso deste recurso dentro de uma obra que discute, e da forma que discute, as questões presentes em “Orgulho e Preconceito”. A relação entre a sociedade e a mulher independente, entre a crítica e o fazer parte de determinados contextos sociais, podem ser representados pelo uso da ironia, que questiona, mas não desautoriza, que usa um determinado vocabulário para apontar que este mesmo vocabulário não é suficiente. A ironia, na obra em questão, aparece não somente como um recurso de linguagem, mas também como uma forma de apontar a contingência do vocabulário usado, causando desordem naquilo que era dada como uma verdade definitiva, e, conseqüentemente, criando novos significados.

Referências

AUSTEN, J. **Orgulho e Preconceito (1813)**. Tradução de: Lúcio Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 335 p.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: Experiência Viva. Tradução de: Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do livro. 1967. 500 p.

CAIXETA, O. M. **A Polêmica Apropriação do Conceito de Ironia pelos Românticos**. Vocábulo: Revista de Letras e Linguagens Midiáticas. V.05. 2014. Disponível em: <
[http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/vocabulo/pdf/maryllu_volume V.pdf](http://www.baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/vocabulo/pdf/maryllu_volume_V.pdf)>. Acesso em: 02 de jun de 2016.

CARDOSO, L. **Orgulho e Preconceito**. Introdução. In: AUSTEN, Jane. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 07-08.

CHRIST, C., et al. **Jane Austen**. In: **The Norton Anthology of English Literature**. 8 ed. Nova Iorque: Norton e Company, 2005. p. 1775-1817.

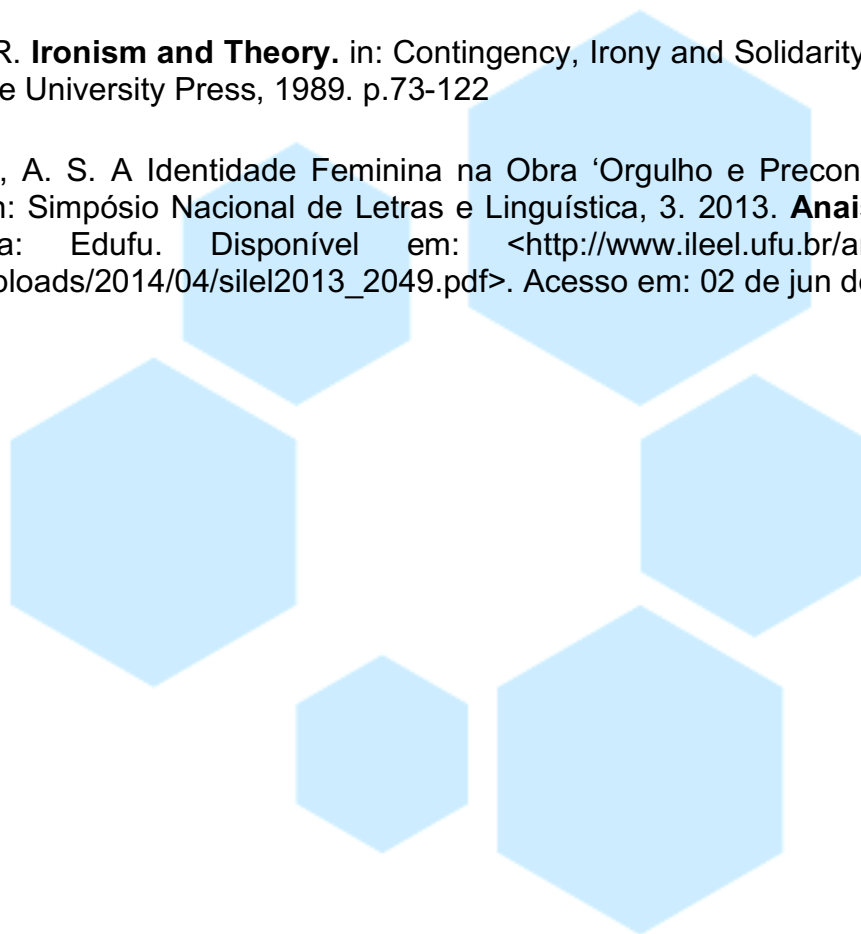
ERDOGAN, E. **On the Concept of Irony in Rorty**. 2010. 57 p. Dissertação (Mestrado em Artes) - Graduate School of Social Sciences, Middle East Technical University, Ankara.

IRVINE, R. P. **Jane Austen**. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2005. 210 p.

MILLET, K. **Política Sexual**. Tradução de: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1969-1970. 256 p.

RORTY, R. **Ironism and Theory**. in: *Contingency, Irony and Solidarity*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989. p.73-122

ZARDINE, A. S. A Identidade Feminina na Obra 'Orgulho e Preconceito' de Jane Austen. In: Simpósio Nacional de Letras e Linguística, 3. 2013. **Anais eletrônicos**. Uberlândia: Edufu. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/wp-content/uploads/2014/04/silel2013_2049.pdf>. Acesso em: 02 de jun de 2016.



Recebido em 12 de novembro de 2017
Aprovado em 23 de março de 2018